



Sindipetro RJ Filiado à **FNP**
Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

21 3034-73 00
sindipetro.org.br
contato@sindipetro.org.br
ACESSE NOSSAS MÍDIAS



ANO 8 - Número 409 - 28 de agosto de 2025



Unidade para lutar ou submissão aos patrões?

Uma encruzilhada estratégica que define nosso futuro



Este segundo semestre é decisivo para a nossa categoria. Iniciamos a negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) e estamos em meio à contínua e consciente indefinição da Petrobrás sobre o Plano de Cargos e Salários (PCCS). Com a categoria com tarefas políticas cruciais em jogo — como a construção de um ACT forte antes do ano eleitoral, a definição de um plano de cargos para a próxima década e a luta pelo fim dos PEDs —, o momento exige clareza política, muita organização e força na luta.

O debate central: que tipo de unidade queremos?

Um tema ronda as conversas e os debates da categoria petroleira e da classe trabalhadora como um todo: a necessidade de união. Termos como “unidade para lutar”, “unificação das federações” e “pauta única” são constantemente mencionados e reivindicados. No entanto, é fundamental ter atenção: enquanto algumas propostas visam fortalecer de fato a luta dos trabalhadores, outras, com discursos parecidos, podem esconder estratégias que diluem nossas reivindicações e nos submetem aos

interesses dos governos e patrões.

Nosso ponto de partida: um debate honesto e pela base

A discussão estratégica sobre qual unidade queremos, como não poderia deixar de ser, pautou intensamente o congresso da FNP e é um debate longe de se esgotar. Por isso, este editorial inaugura uma série de análises essenciais sobre o tema. Nosso objetivo é promover uma discussão aprofundada, que arme a categoria com informação de qualidade para as batalhas que virão.

Para um debate transparente e fundamentado, é essencial conhecer a resolução do congresso da FNP, a qual reproduzimos novamente (**Página 4**).

Esta resolução, fruto de um intenso debate, é uma das nossas armas mais eficazes para desmentir as *fake news* e as narrativas convenientes que acusam a FNP de “fechar as portas” para o diálogo.

Precisamos chamar as coisas pelo nome: a retórica da “unidade” tem sido usada como fachada para uma manobra de subordina-

ção política. Na prática, o que se propõe não é fortalecer a luta dos trabalhadores, mas sim submetê-la aos interesses eleitorais do governo e às demandas dos acionistas da Petrobrás e aos mandos e desmandos do RH.

O exemplo da FUP, de sua recente plenária nacional, (Plena-FUP) é categórico: promovem um convite incluindo os sindicatos da FNP, onde a condição para participar não é a unidade para lutar, mas o engajamento na campanha eleitoral dos seus candidatos e desde já submeter as lutas a essa agenda (**Página 3**). Em seguida, a decisão da direção majoritária do Sindipetro SJC, que se elegeu com um discurso de reunificação apenas para traí-lo logo depois. De forma calculada, escondeu as suas verdadeiras intenções, marcando presença no congresso da FNP para, na sequência, atropelar a própria base com uma convocação relâmpago para a troca de Federação e ida à FUP e com menos transparência ainda a filiação à CUT (**Página 4**).

Que fique claro: isso não tem nada a ver com a busca por unidade.



Nosso ACT exige independência: A luta por direitos não pode ser subordinada

Nossa categoria tem objetivos claros e urgentes: precisamos lutar por um ACT robusto, pelo avanço no PCCS e o fim dos PEDs assassinos. A questão central, no entanto, não é apenas o que queremos, mas como vamos conquistar. E para isso, precisamos encarar um fato incontestável: nosso adversário direto na mesa de negociação é a direção da Petrobrás.

É preciso analisar, portanto, a natureza dessa direção. A presidente da empresa, Magda Chambriard, foi indicada pelo atual governo

do PT. E qual tem sido o balanço de sua gestão para os trabalhadores? Vimos a dificuldade para garantir a continuidade do teletrabalho, que sofreu ataques e foi reduzido em um dia. Temos visto a política de pagamento de dividendos bilionários aos acionistas continuar, enquanto o “apertar os cintos” é apenas para os trabalhadores. Para nós, é claro que para conquistar um ACT digno teremos que nos enfrentar, em algum grau, com a atual gestão e o atual governo. **Portanto, a independência do nosso sindicato frente ao governo não é uma questão de opinião, mas uma necessidade estratégica.** Os direitos dos trabalhadores não estão à venda.

Novamente, o debate sobre “unidade” se torna crucial. Todos queremos unidade, mas precisamos perguntar: unidade para quê e em que termos? Se a proposta for unificar

a categoria para atrelar nossa campanha salarial à agenda eleitoral do governo, estaremos enfraquecendo nossa própria luta. Uma campanha forte por direitos exige autonomia para pressionar e criticar, sem amarras políticas que nos silenciem. Defendemos uma política que fortaleça a independência da classe dos

trabalhadores, que nos organize para lutar por nossos interesses. Rejeitamos uma política que nos coloque a reboque da empresa e do governo. A pressa de alguns em aprovar propostas “a toque de caixa” serve justamente para evitar esse debate de fundo, que é essencial para o futuro do nosso movimento.

Por fim, o óbvio ululante: é preciso derrotar a direita e o bolsonarismo. Mas a melhor forma de fazer isso é construindo um sindicalismo forte e independente, que conquiste vitórias concretas para a classe trabalhadora. Um sindicato atrelado a um governo que possui ministros do Centrão e que nomeia uma direção de empresa alinhada ao mercado perde sua força como ferramenta de transformação e, consequentemente, sua capacidade de ser uma alternativa real à direita e suas matizes.

Manter o sindicato independente da empresa e do governo é o único caminho para garantir um ACT melhor e, ao mesmo tempo, construir a força social necessária para derrotar de verdade nossos inimigos.



12ª PlenaFUP: entre a pauta petroleira e um comício eleitoral

Não podemos concordar com esta lógica: “nem sempre é possível unidade para lutar, mas venham se engajar na campanha eleitoral dos nossos candidatos”.

Isso é o que baseou a PlenaFUP (espécie de congresso da outra federação) e a desfiliação de SJC da FNP. Senão, vejamos:

- No pitoresco convite da FUP, a direção desta entidade pressupõe várias análises conjunturais como premissas e, afirma o objetivo da mesma: “contamos com sua participação e engajamento (...) em torno do eixo central na eleição de Lula” (não o ACT, tampouco a transição energética, menos ainda a tão propagada “unificação”).

- Na resposta do Sindipetro RJ, estranhemos este conteúdo, re-apresentamos nossa proposta sobre unidade para lutar (que já é conhecida pelo menos há dois anos) e nos colocamos abertos ao debate, caso houvesse espaço para o diálogo e para a construção coletiva para as premissas e estratégias.

- Na réplica, reafirmam que “a unidade restrita à luta... tende a aprofundar as divisões”, que pretendem mesmo indicar gestores e que nossa participação deveria ser “conforme os termos já encaminhados”.

Confira os
documentos:



Ou seja, a PlenaFUP se apresentou sob o estandarte de temas urgentes e legítimos para a categoria: a busca por um “ACT forte” e uma “Transição Energética Justa”, mas uma rápida porém atenta análise do discurso já nos revela a problemática subordinação da pauta sindical a um projeto eleitoral, transformando o que deveria ser um fórum de debates da categoria em um ato de campanha antecipada. Sem qualquer timidez, assumem que as eleições são o centro de tudo e que a autonomia do movimento sindical para eles precisa ser limitada a estar a reboque do calendário eleitoral e dos interesses do governo. A luta legítima da categoria para eles fica, assim, ofuscada pela sombra do parlance.



A unidade que queremos e a unidade que nos oferecem

A unidade da mordça e da camisa de força

Outra armadilha, ainda mais explícita, são as propostas que exigem adesão ao que apelidamos de “protocolo fantasma”. Trata-se de um rol de exigências da FUP para se sentar à mesa única de negociação, que na prática impõe a mordça e a camisa de força aos sindicatos. Esse modelo proibiria os sindicatos como nós do Sindipetro-RJ de publicar opiniões próprias e obrigaria a todos a seguir o indicativo da FUP, mesmo que contrário aos inte-

resses de sua base. Essa é a unidade da “paz dos cemitérios”, onde a divergência é esmagada e a crítica silenciada.

É nisso que a FUP se sustenta para não responder ao chamado de mesa única de negociação, porque quer uma unidade para concordar com o RH nos bastidores, para costurar acordos e chegar nas assembleias já com tudo alinhado com a direção da empresa.

A história nos alerta: por que a FUP dividiu a categoria?

É preciso lembrar como a FNP surgiu. Em 2006, a direção da FUP, utilizando-se de todos os meios para controlar a Federação, chegou a fraudar processos democráticos para impor a vontade do patrão. O maior conflito da época era a “Repactuação” do plano Petros, um esforço hercúleo da Petrobrás para retirar direitos de aposentadoria de milhares de trabalhadores.

Sem hesitar, a direção da FUP comprou a briga do RH da empresa. Perseguiu dirigentes que se opuseram à proposta e, em um ato autoritário, impediu a participação de dois sindicatos filiados (AL/SE e PA/AM/MA/AP) em seu congresso. A liderança da FUP ignorou os apelos e aprovou o apoio à Repactuação, o que resultou em

uma perda histórica e irreversível para a categoria, gerando uma economia de bilhões de reais para os acionistas.

Para garantir que a ordem do governo e da empresa fosse cumprida, a corrente majoritária da FUP sepultou a democracia interna. Ficou claro que não haveria mais espaço para disputa ou oposição nos temas que interessassem à direção da Petrobrás.

Foi assim que a direção da FUP rachou a unidade nacional petroleira. E foi para reconstruir uma direção verdadeiramente independente, democrática e de luta que a FNP foi criada. Nossa história é a prova de que a unidade só tem valor quando serve para ampliar direitos, e não para nos submeter.

Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

www.sindipetro.org.br | Telefone: 21 3034-7300

Sede: Av. Passos, 34 - Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP 20051-040

Subsede: R. Itassucê, 157 - Jacuecanga - Angra dos Reis - RJ CEP 23905-000

Redação e Edição: Rosa Maria Corrêa (MTb 15.814-RJ) | Secretária: Gabriel Carlos Designer Gráfica: Adriana Gulias - Impressão: 3 Graph | Tiragem: 21.000

Estratégia da direção do Sindipetro-SJC: a troca da luta sindical pela subordinação político-eleitoral

Uma manobra abrupta da direção do Sindipetro SJC revelou um projeto que troca a luta e independência da categoria por uma perigosa perspectiva de atrelamento da categoria ao calendário e às necessidades eleitorais apontadas pela FUP. A repentina proposta de desfiliar o sindicato da FNP para se filiar à FUP, apresentada de surpresa e sem debate prévio com os trabalhadores, afronta a democracia sindical e representa uma ameaça direta aos nossos direitos, precisamente no momento em que iniciamos a crucial negociação do ACT.

O método utilizado expõe a fragilidade do argumento. A proposta, que jamais foi mencionada no pro-

grama da chapa eleita há poucos meses ou nos recentes congressos da categoria, agora é empurrada através de assembleias convocadas apressadamente sob a pauta genérica de “debater a unidade”. E de quebra, ainda vão aprovando a filiação à CUT com menos discussão ainda.

A consequência direta é a fragilização da nossa capacidade de confronto com a empresa e o governo. Diante do exposto, a conclusão é clara: o que está em jogo não é só uma filiação, mas uma opção não por um sindicato independente, focado na luta e controlado por sua base, mas por um adepto ao conhecido adesismo FUPista.

Nosso exemplo:



Para fortalecer a luta e a democracia interna, o Sindipetro RJ está construindo nas bases o Conselho de Representantes (ConRep), um órgão estratégico que tem como objetivo ampliar o poder de mobilização da categoria. O ConRep é mais uma ferramenta que garantirá nossa independência política frente aos interesses de patrões e governos. Essa iniciativa, aprovada em nosso último Congresso, reforça o compromisso desta gestão com a democracia sindical e representa um avanço histórico para o nosso sindicato e para o movimento sindical combativo.

Nossas propostas: resoluções do Congresso do Sindipetro-RJ e da FNP

No Rio de Janeiro e em todo o país protagonizamos as greves do primeiro semestre. Tivemos um dia de greve nacional unificada, FNP e FUP, ADM e operacional. Mas, qual foi o limite desta luta? A unidade condicionada às determinações da direção da FUP? Que acenou para a Petrobrás sua disposição de transigir no teletrabalho uma vez garantida a compensação da PLR?

Este é o momento de refletirmos e aprofundarmos este balanço para tirarmos as lições necessárias para a batalha que se avizinha. Será tema de um próximo Boletim. De qualquer forma, deixamos aqui elementos cruciais já mencionados nesta publicação para a construção da verdadeira união nacional da luta petroleira.

AÇÕES PERMANENTES

■ Impulsionar cada vez mais o protagonismo da FNP na busca por estabelecer bases políticas e pro-

gramáticas para forjar a unidade na luta, em defesa da Petrobrás e dos petroleiros, independente do governo de plantão;

■ Reforçar nossa vocação pela unidade para lutar e também de sermos ferrenhos inimigos da unidade com os patrões;

■ Trazer à luz os obstáculos à unidade operados pela direção da FUP e desmascarar as narrativas diversionistas.

Alguns critérios e passos nítidos e concretos para pavimentar o caminho da união da categoria

■ Independência de verdade de qualquer governo, partido ou patrão;

■ Fronteiras nítidas entre os papéis antagônicos de sindicalista e gestor;

■ Força da mobilização como critério para avançar ou recuar e não acordos em *petit comité* com a empresa;

■ Nitidez e transparência na relação com os patrões;

■ Mesa única de negociação;

■ Calendário unificado de lutas;

■ Comando de Greve Nacional eleito nas assembleias;

■ Liberdade de opinião e autonomia dos sindicatos;

■ Democracia e transparência nas votações;

■ Rejeitar propostas que visem o cerceamento do debate e das deliberações, bem como abstrações que deságüam na mesma política de submeter todos os sindicatos e a base da categoria à tutela dos governos e gestores;

■ A partir destes entendimentos e da experiência prática da ação conjunta, construção de um protocolo que possibilite uma unificação da categoria petroleira, ou melhor relacionamento entre as federações, que reflita a representatividade, peso real, que respeite e busque combinar as tradições de funcionamento de cada federação e etc.